

O Diálogo da Opinião Pública sobre a Censura Atual¹

Mariana FUJISAWA²

Antônio REIS JUNIOR³

Maria Cristina Castilho COSTA⁴

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

Com o objetivo de ampliar o conceito de censura, tido no imaginário social como uma prática estatal típica de governos autoritários - para pensá-lo como um mecanismo coercitivo que atua em diferentes níveis das relações humanas na atualidade -, a pesquisa visa analisar a relação entre a opinião pública e a possível legitimação desta censura atual, discutindo a questão da liberdade de expressão no século XXI e seus possíveis veículos.

PALAVRAS-CHAVE: censura; liberdade; opinião; comunicação; *Internet*.

TEXTO DO TRABALHO

O Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Censura (NPCC)

A presente proposta de pesquisa é desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa Arquivo Miroel Silveira (GPAMS), parte integrante do Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Censura (NPCC) coordenado pela Profa. Dra. Maria Cristina Castilho Costa e registrado na Comissão de Pesquisa da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).

Desde a década de 1980, a Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo tem sob custódia o Arquivo Miroel Silveira (AMS). Trata-se de um grande acervo de 6.137 prontuários de censura prévia ao teatro paulista do serviço de censura da Divisão de Diversos Públicos do Estado de São Paulo (DDP/SP) que cobrem o período desde a Velha República, passando pelo Estado Novo e a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o período de redemocratização no pós-guerra, o

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – VII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante de Graduação 3º. semestre do curso de Letras da FFLCH-USP, integrante do Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Censura da USP, bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo. Email: marifujisawa@hotmail.com

³ Coautor do trabalho. Pós-doutorando da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, integrante do Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Censura da USP, bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo. Email: reis_antonio@yahoo.com.br

⁴ Orientadora do trabalho. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Censura da USP e do Projeto Temático *Comunicação e Censura - Análise teórica e documental de processos censórios a partir do Arquivo Miroel Silveira* da ECA/USP, com apoio da FAPESP. Email: criscast@usp.br

desenvolvimentismo do período Juscelino Kubitscheck, o Golpe Militar e a promulgação do AI-5, até o início da década de 1970.

Com o intuito de se debruçar sobre tais documentos, foi aprovado pela FAPESP em agosto de 2009 com vigência até julho de 2013 o projeto temático intitulado *COMUNICAÇÃO E CENSURA: análise teórica e documental de processos censórios a partir do Arquivo Miroel Silveira da Biblioteca da ECA/USP*⁵. Como desdobramento desta pesquisa sobre censura, foi aprovada também a fundação do NPCC pela pró-reitoria de pesquisa da Universidade de São Paulo (USP), que planeja não apenas a pesquisa sobre o AMS, como também a implementação de um programa de pesquisa sobre outras atuações e contextos da censura.

Três breves abordagens

“O deputado José Mentor (PT-SP) criou um projeto de lei que promete multar em R\$ 150 mil os canais de televisão aberta ou fechada que exibirem esportes de luta não-olímpicos. A reincidência de um canal ao veicular as lutas poderia ocasionar até a suspensão da concessão pública. Para ele, o esporte é uma ‘rinha humana’.”⁶

A informação foi publicada no dia 29 de fevereiro de 2012, no *site* do jornal *Estado de S. Paulo*.

Na mesma página é possível ler os comentários dos leitores a respeito da notícia – a maioria descontente com a proposta do deputado em proibir principalmente a transmissão do UFC (Ultimate Fighting Championship). Um dos leitores afirma estar “incomodado com esses políticos ignorantes que querem fazer do Brasil um novo Irã, eles tem uma sede de poder incrível, querem controlar o que lemos e vemos. Eles acham que somos todos débeis mentais. Que Palhaçada!”⁷, enquanto outro é enfático em dizer “duas palavras: CENSURA NÃO!”⁸.

Já em um *blog* vinculado ao jornal *O Globo* a respeito da mesma polêmica do UFC, o colunista Guga Noblat escreve:

⁵ Projeto Temático *COMUNICAÇÃO E CENSURA: análise teórica e documental de processos censórios a partir do Arquivo Miroel Silveira da Biblioteca da ECA/USP*. Coordenação: Profa. Dra. Maria Cristina Castilho Costa. Professoras pesquisadoras: Profa. Dra. Mayra Rodrigues Gomes e Profa. Dra. Roseli Aparecida Fígaro Paulino. *Processo FAPESP 2008/56709-0. Duração: agosto de 2009 a julho de 2013.*

⁶ ESTADO DE S. PAULO. *Deputado cria lei que pretende proibir UFC na televisão*. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/radar-pop/deputado-cria-lei-que-pretende-proibir-ufc-na-televisao> Acesso em: 28 jun. 2012.

⁷ Comentário disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/radar-pop/deputado-cria-lei-que-pretende-proibir-ufc-na-televisao> Acesso em: 28 jun. 2012.

⁸ Idem.

“José Mentor não gosta de MMA. Acha violento. O compara aos tempos do Coliseu. Pior ainda, José Mentor abomina o MMA. Não considera um esporte legítimo. “Rinha humana”, filosofa Mentor.”⁹

Temos, então, três diferentes modos de abordar uma mesma discussão: uma notícia veiculada no *site* de um jornal de grande circulação, comentários de leitores do mesmo jornal e um texto opinativo divulgado sob a forma de *post* de um *blog* pessoal. Não nos cabe, aqui, comparar estes trechos a fim de estabelecer uma análise de gêneros do discurso informativo – já bastante repisada nos estudos da comunicação –, nem de conceder um julgamento de valor a respeito da tentativa de proibição do esporte. É relevante, por ora, apenas notar que por diferentes meios pode ocorrer o diálogo de opiniões na *Internet*.

A partir da leitura destas diferentes abordagens, podemos apreender não apenas a visão sobre os esportes divulgados na mídia brasileira, mas também dois dos principais pontos da discussão a que se propõe este estudo: a instalação do polêmico *tema da censura na atualidade* – abordado com naturalidade perante determinado acontecimento – e a importância da *manifestação da opinião pública*, facilitada pela utilização da *Internet*.

A questão da censura atual

Ao longo dos anos em que o grupo de pesquisadores se debruçou sobre o Arquivo Miroel Silveira, o desafio enfrentado foi no sentido de descobrir os trâmites da repressão – alguns expressos na documentação estudada, e outros inferidos dos despachos e das relações estabelecidas entre artistas e funcionários da DDP. A censura estudada foi, portanto, aquela que se incluía em uma política artístico-cultural promovida pelo Estado, que perdurou até a promulgação da Constituição de 1988.

Ao mover o olhar analítico para a consideração de uma censura atual, cujo contexto é um período democrático, é preciso conseguir desvincular as noções de *restrição à liberdade de expressão e controle de um Estado autoritário*. Para isso, é necessário, primordialmente, delimitar um conceito mais amplo de censura.

Ao pensar a censura como ato de interdição à livre expressão, ela passa a representar um elemento intrínseco à vida coletiva. Sua origem remontaria a dois elementos básicos da cultura humana: *a relação dialética entre a subjetividade e a cultura*, e *a ideia da linguagem como criadora da realidade*.

⁹ NOBLAT, Guga. *Coluna em O Globo: A cruzada contra o MMA no Brasil*. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/blogs/mma/posts/2012/02/29/coluna-em-globo-cruzada-contra-mma-no-brasil-433904.asp> Acesso em: 28 jun. 2012.

No que diz respeito ao primeiro elemento, reconhece-se que a censura resulta da restrição à plena expressão de ideias, valores, sentimentos e mensagens de um eu subjetivo¹⁰, que ocorre ao supor que um conjunto de valores coletivos (a cultura) deva se sobrepor aos impulsos individuais. Desta forma, legitimam-se as práticas das restrições ao destoante, ao divergente.

Tais restrições, entretanto, não se dão apenas pelo conflito do “eu” em relação ao “outro”, mas também pela desigual distribuição de poder na sociedade, que garante a determinados grupos legitimar, difundir, ou tornar dominante sua única visão de mundo. Um grupo no poder é capaz de transformar seus valores e ideias em pensamento hegemônico na sociedade, coibindo, limitando ou excluindo a oposição, a crítica e a divergência por meio da censura.

Pensando no segundo elemento, é a linguagem que possibilita o desenvolvimento da identidade individual e, ao mesmo tempo, padroniza a forma de pensar por meio de determinados sistemas simbólicos. Assim, ao mesmo tempo em que possibilita e estimula o diálogo, a troca simbólica e a pluralidade, homogeneiza as mensagens e as conforma.

Ao pensar nos meios de comunicação, ambas as perspectivas têm sua relevância nos estudos da censura atual. Sabemos, afinal, que a veiculação de informações pela mídia, estimulada pela atual perspectiva da *Internet* que será descrita mais adiante, está sempre associada a um discurso ideológico, na medida em que temos, por exemplo, a seção jornalística de editoriais, nos quais cada veículo expõe claramente o seu posicionamento sociopolítico. Além disso, é evidente a importância da exploração de determinada linguagem na construção dos textos, já que é o discurso o que possibilita a exposição de tal posicionamento.

Assim, vê-se que a censura está na origem da cultura e da vida coletiva, como um mecanismo coercitivo que atua em diferentes níveis das relações humanas, e não apenas por meio da atuação governamental; atualmente ela parece ocorrer, principalmente, enquanto *sanção social*, vinculada à sociedade civil e à opinião pública.

A opinião pública

A partir da Modernidade, a vida pública passou a se tornar mais concreta, englobando não só as elites, mas também o público anônimo das ruas e das cidades, o mundo dos negócios, o cidadão comum, e se definindo em oposição à intimidade da

¹⁰ Noção bem estudada por Jean Paul Sartre em **O imaginário** e Gaston Bachelard em **A poética do espaço**.

recém-criada vida privada. A esse conjunto heterogêneo, plural e anônimo de pessoas atribuiu-se um pensar racional e crítico, a chamada *opinião pública*. Sua força e importância passaram a ser tanto questionadas quanto reconhecidas, acreditando-se estar em sua formulação a base do comportamento coletivo, das multidões e das massas.

No NPCC, acatamos como conceito de opinião pública o formulado por Pierre Bourdieu (1973, p.318): um pensamento que aspira à coerência e que pode ser formulado em forma discursiva, representando o conhecimento acerca de determinado assunto, e revelando um imaginário social a este respeito. A partir desta noção, identificar a opinião pública a respeito da censura significa apreender valores e tradições que podem legitimar e contribuir para a aparente dissimulação da censura contemporânea. Esse tipo de opinião não se vincula, enfim, às sondagens político-eleitorais, em que se quer descobrir tendências majoritárias e unanimidades, ou prever um determinado tipo de comportamento expresso na somatória de afirmações discursivas.

O sociólogo Norbert Elias também contribuiu para entender a opinião pública além da ideia de uma somatória de posições individuais, ou de uma ação coletiva orquestrada pelo poder instituído (estatal ou midiático). Ele reconhece, enfim, a existência social de uma base comum de tendências e formas de interpretação simbólica constituída por valores, tradições, interesses, experiências comuns e acesso aos mesmos meios de comunicação, que ele chama de *visão de mundo* (ELIAS, 2006, p.119). A partir dela, o público em geral, ou os cidadãos de uma nação, acompanham determinados acontecimentos tecendo considerações a seu respeito e tomando posições capazes de interferir no rumo da história.

Como defende Jürgen Habermas, no Prefácio da 17ª edição de seu livro *L'espace public*, a opinião pública e a pressão social de grupos sociais têm influência no poder administrativo da sociedade e constituem forma importante de intervenção social (HERBMAS, 1992, p.18). Também em nossos estudos sobre a censura reconhecemos o peso da opinião pública na instituição e na legitimação de processos censórios.

No estudo comparativo entre as formas consagradas e atuais de censura, a opinião pública, afinal, mostra-se como o principal elemento diferenciador de ambas. Investigando este processo de pressão popular¹¹, temos o intuito de entender o que pensa a sociedade a respeito da censura e quais os valores e tradições que esse pensar envolve. A partir disto, poderemos delimitar melhor o conceito ainda amorfo de censura na atualidade, para

¹¹ Utilização do termo *popular* no sentido de referir-se a um grupo amplo, anônimo e indistinto de pessoas.

entendermos de que forma pode-se esclarecer e interferir no repertório de valores e questionamentos sobre a liberdade de expressão e a censura.

O diálogo da opinião na *Internet*

A pesquisa sobre os limites de uma censura na atualidade parece, então, ter de recorrer necessariamente à análise da opinião pública, na medida em que a própria construção do conceito atual de censura ampara-se na dita pressão popular.

Sabe-se, também, que a própria opinião pública está sujeita à fluidez histórica, de modo que não é possível estudá-la sem seu devido contexto; “the symbols of public opinion, in times of moderate security, are subject to check and comparison and argument. They come and go, coalesce and are forgotten...” (LIPPMANN, 1998: 11)¹².

Diante deste panorama, ao pesquisar a opinião pública atual é preciso repensar a era da comunicação em que nos inserimos - notadamente marcada pela expansão da *Internet*. Em contraste com as demais mídias, a *Internet* dá à comunicação – e, portanto, à manifestação da opinião pública - um novo nível de *coexistência de informações, democratização de acesso, interatividade e agilidade*.

Para melhor definir esta perspectiva, tomamos como referência o filósofo francês Pierre Levy, cujo interesse é observar esta nova perspectiva da dita *Cibercultura*¹³. Segundo ele, a *Cibercultura* apresenta uma rede de informações coexistentes, interconectadas e continuamente renovadas, uma vez que o conteúdo publicado na *Internet* não é apagado - alheio à passagem do tempo -, pode ser infinitamente replicado, modificado e discutido (LEVY, 1999, p.15). Apresenta-se, neste ponto, um primeiro indício da função dialógica da *Internet*.

Além disso, as comunidades virtuais, segundo Levy (1999, p. 129), “oferecem, para debate coletivo, um campo de prática mais aberto, mais participativo, mais distribuído que aqueles das mídias clássicas”, na medida em que a rede de informações disponibilizada na *Internet* é acessível a qualquer um a partir de qualquer sistema de computador, além de destoar das demais mídias – televisão, rádio, jornais impressos -, já que introduz a possibilidade do interlocutor interagir diretamente com a mensagem passada pelo autor.

É interessante exemplificar esta interatividade pensando a questão da plataforma dos *comentários virtuais*. Aliado à questão da agilidade com que é possível acessar, ler e

¹² “Os símbolos da opinião pública, em épocas de segurança moderada, são sujeitos a averiguação, comparação e argumentação. Eles vão e vem, aderem e são esquecidos...” (LIPPMANN, 1998: 11)

¹³ Definida pelo autor como “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LEVY, 1999, p.17)

opinar a respeito de determinado conteúdo na Internet, o comentário surge como uma nova perspectiva que remete à ideia do diálogo real.

Como exemplo, observaremos a seguinte sequência de comentários¹⁴ a respeito da polêmica da tentativa de proibição do UFC nas emissoras:



The image shows a screenshot of a Facebook comment thread. The first comment is from Iuri Lammel, dated February 29 at 10:11pm. It discusses the prohibition of UFC on open TV and mentions the need for educational, cultural, or informative content. The second comment is from Rasal Albuquerque, dated March 1 at 1:17am, asking if it's time for children to watch TV. The third comment is from Igor Camilo, dated March 1 at 8:08am, arguing that Brazilian films and sports should be censored due to violence. The fourth comment is from Anderson Araujo, dated March 30 at 12:05pm, agreeing with Igor Camilo and comparing TV censorship to other media like boxing.

Iuri Lammel · Santa Maria, Rio Grande do Sul
Concordo com a proibição da exibição do UFC em TV aberta, em que há menor controle por parte dos pais e que a constituição exige conteúdo apropriado de caráter educativo, cultural, artístico ou informativo.
Já a TV fechada é outra história... aí, não vejo problema.
Os argumentos do tipo "vão cuidar de outras leis mais importantes" ou "cuidar de corrupção que é bom, não cuidam" não contribuem em absolutamente nada no debate sobre a veiculação de cenas de violência extrema em canal televisivo aberto de concessão pública. É como mandar os juízes pararem de julgar ações sobre todos os tipos de crimes que não envolvam homicídio, porque os casos de homicídio são mais urgentes.
Reply · 1 Like · Follow Post · February 29 at 10:11pm

Rasal Albuquerque · Works at Funcionario Publico
UFC passa de madrugada. Isso é hora de criança ver TV?
Reply · 1 Like · March 1 at 1:17am

Igor Camilo · Subscribe · Top Commenter · Juiz de Fora
Pelo seu argumento, filmes brasileiros como Cidade de Deus, Carandiru e Tropa de Elite também deveriam ser censurados, já que mostram cenas com muito mais violência. Ou o futebol, que com frequencia acontecem brigas de torcidas e entre os próprios jogadores. Ou jornais, que mostram a violência real que estamos expostos todos os dias. A classificação indicativa existe exatamente para isso.
Reply · Like · March 1 at 8:08am

Anderson Araujo · Assistente em Administração at GOLDLENS PRODUTOS OPTICOS LTDA
CONCORDO COM O ARGUMENTO DO Igor Camilo NOVELA MOSTRA MUITO CONTEÚDO PARA MENORES BASTANTE CULTURA BBB ENTÃO ENSINA ATÉ COMO ESTUPRAR ALGUÉM DORMINDO CONSEQUENTEMENTE VIROU MÚSICA DE FUNK Q PASSA NA TV FREQUENTEMENTE ENTÃO ACHO MELHOR REVER OS CONCEITOS DA TV ABERTA E DEPOIS JULGAR UM ESPORTE Q É BASICAMENTE COMO O BOXE Q TODA VIDA PASSAVA DEPOIS DA NOVELA LEMBRAM DISSO ??? E CRIANÇA TEM QUE DORMIR no máximo 21:00 lutars passam depois das 23:00
Reply · Like · March 30 at 12:05pm

Figura 1 – Comentários de leitores sobre a proibição da divulgação do UFC.

No caso, o usuário identificado como “Iuri Lammel” expõe sua consideração de que a proibição seria apenas válida nas emissoras abertas. Sob seu comentário, os outros usuários “Rasal Albuquerque”, “Igor Camilo” e “Anderson Araujo” apresentam suas visões, que dialogam diretamente com o primeiro comentário exposto. Assim, enquanto “Rasal Albuquerque” contesta a afirmação de “Iuri Lammel” de que a Constituição deveria controlar o conteúdo televisivo por não haver o devido controle por parte dos pais sobre o

¹⁴ Disponíveis em <http://blogs.estadao.com.br/radar-pop/deputado-cria-lei-que-pretende-proibir-ufc-na-televisao> Acesso em: 28 jun. 2012.

que assistem as crianças, “Igor Camilo” e “Anderson Araújo” tentam ampliar os argumentos do posicionamento do primeiro comentário.

Há, portanto, uma face extremamente dialógica e interativa na opinião pública manifestada por meio dos comentários – bem como em fóruns e comunidades virtuais em geral -, incentivada pela agilidade da interação virtual e conservada pelo sistema de manutenção de informações publicadas na *Internet*.

É importante citar, também, outro fator que incentiva as manifestações dialógicas: a possibilidade do *anonimato* na rede. A *Internet* se revela, então, como palco de manifestação de uma opinião pública geralmente de forma muito espontânea, proveniente de usuários que podem proteger suas *personas* ao não se identificarem ou utilizarem identidades falsas na realidade virtual.

Embora tal perspectiva possa ser vista como um entrave na pesquisa de opinião, já que aparenta resultar em uma espécie de fonte invalidada de material opinativo, Pierre Levy (1999, p.129) afirma que “longe de encorajar a irresponsabilidade ligada ao anonimato, as comunidades virtuais exploram novas formas de opinião pública”.

A fim de explorar e apreender estas novas formas, suas capacidades e deficiências, o projeto desenvolveu duas iniciativas: uma *hemeroteca digital temática* e uma *Enquete virtual aberta*.

a) A Hemeroteca Digital Miroel Silveira

Como desdobramento da pesquisa sobre a censura atual, surgiu como proposta a criação da *Hemeroteca¹⁵ Digital Miroel Silveira*, vinculada ao NPCC, que incorporaria materiais divulgados pela mídia nos últimos anos que dizem respeito à discussão da censura.

De fato, apesar de todos os arquivos pesquisados englobarem de alguma forma o mesmo tema da censura atual, não havia disponível na *Internet* um meio para reuni-los ou para orientá-los. A proposta seria, então, explorar o que Pierre Levy define como *Ciberespaço*: um “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e da memória dos computadores” (LEVY, 1999, p.92). Por meio da pesquisa de material, a questão da censura atual poderia vir à tona como eixo temático, conservando e proporcionando o desenvolvimento da discussão a este respeito.

¹⁵ Define-se como *hemeroteca* uma coleção de publicações periódicas fadadas ao esquecimento quando não há iniciativas no sentido de conservá-las.

Tal acervo¹⁶, criado e desenvolvido durante o projeto, englobaria não apenas material jornalístico, como também textos de opinião – artigos, postagens de *blogs*, comentários etc. -, de modo a mapear tanto a repercussão mundial de acontecimentos que podem remeter à censura, quanto o posicionamento do público a que se dirigem tais notícias.

A pesquisa aproveita, desta forma, a relação dialógica que se estabelece pelos rápidos meios de transição de mensagens da *Internet*, entre a sociedade e os acontecimentos relevantes ao quadro do cotidiano atual, a fim de chegar a conclusões pertinentes à discussão da censura e da liberdade de expressão contemporâneas.

A formação deste acervo, enfim, além de servir como fonte para o desenvolvimento das pesquisas do próprio núcleo, pode oferecer ajuda a pesquisadores externos que investiguem questões relacionadas à liberdade de expressão e à censura na atualidade, na medida em que reúne número expressivo de matérias publicadas na mídia sobre o tema, representando fonte privilegiada de pesquisa no Brasil e no mundo.

- **Metodologia**

Na construção da Hemeroteca, a seguinte sequência metodológica é utilizada:

1. Pesquisa - Por meio do sistema de “Google Alerts”, o *e-mail* ‘hemerotecanpcc@gmail.com’ recebe mensagens que possuem as seguintes palavras-chave: “acesso”, “censorship”, “censura”, “classificação indicativa”, “liberdade de expressão”, “política de privacidade”, “privacidade”, “sigilo”, “direito de imagem” e “privacy policy”;
2. Leitura - O material recebido é lido, e, se avaliado como relevante ao tema da censura, é escolhido para ser incluído na Hemeroteca;
3. Arquivamento - O material selecionado é copiado para um documento do *Microsoft Word*, e sua formatação é padronizada. Em seguida, o documento ganha o formato PDF, pronto para ser implementado no site;
4. Implementação na Hemeroteca e disponibilização para o público em geral - O material é colocado diretamente no site com o preenchimento dos seguintes campos: título, sinopse, arquivo PDF, *url*, país de origem, data de veiculação, categoria (artigo, comentário, entrevista, imagem, nota oficial, nota, notícia, reportagem, outro), veículo (internet, jornal, revista, outro), fonte, autor, critério da censura (classificação indicativa, econômico, moral, político, religioso), objeto da censura (artes plásticas, cinema, fotografia, imprensa,

¹⁶ Disponível para consulta em http://npcc.vitis.uspnet.usp.br/?q=hemeroteca_digital/apresentacao

internet, livro, música, personalidade, publicidade, rádio, rede social, revista, teatro, TV).

- **Resultados e análises**

A Hemeroteca, iniciada no começo de abril de 2012, foi lançada no *site* do NPCC¹⁷ no dia 24 de maio de 2012, quando possuía cerca de 250 arquivos sobre censura, publicados pela mídia a partir do ano de 2006.



The screenshot shows the search interface of the Hemeroteca Digital Miroel Silveira. At the top, there are logos for ECA and NPCC. Below them is a navigation menu with links: NPCC, Arquivo Miroel, Videoentrevistas, Fórum Permanente, Rede Colaborativa, Contato, and Buscar Conteúdo. A search bar is located below the menu. The main heading reads 'HEMEROTECA DIGITAL Miroel Silveira'. Below the heading, there are category filters: 'Categorias' with options 'Todos', 'artigo', 'comentário', 'entrevista', 'imagem', 'nota oficial', 'nota', 'noticia', 'reportagem', and 'outro'. A search input field is labeled 'Buscar pelo Título da Matéria' with an 'Aplicar' button. Below this is a table of search results.

Data de Veiculação	Título	Categoria
12/06/2012	Para China, veto à Internet protege população	Notícia
12/06/2012	Contra a censura, Conselho da Revista de História pede demissão	Notícia
05/06/2012	STF: comissão debaterá aplicação da Lei de Acesso à Informação	Notícia
05/06/2012	Censura na Ucrânia causa preocupação	Notícia
04/06/2012	"Pânico" exhibe união de Ceará após suposta censura do humorista	Notícia
04/06/2012	China censorship: Shares fall 64.89 points on June 4, 1989 protest anniversary	Notícia
30/05/2012	Censura a fotos da Marcha das Vadias reacende debate sobre política do Facebook	Reportagem

Figura 2 - Aparência da atual página de busca da Hemeroteca Digital Miroel Silveira

A Hemeroteca surge como uma ferramenta inovadora a partir do momento em que passa a agrupar materiais divulgados por diferentes fontes e mídias sobre um mesmo tema. Retomando, por exemplo, a discussão sobre o UFC, os três breves fragmentos apresentados não se vinculavam por meio de nenhuma mídia - apesar de possuírem a mesma base temática. Por meio da plataforma de busca da *Hemeroteca Digital Miroel Silveira*, é possível fazer buscas por títulos, categorias e palavras-chave que vinculam os arquivos conforme o interesse do usuário.

Apenas para destacar alguns dos principais temas vinculados à censura que foram incluídos na Hemeroteca, temos as questões da liberdade de imprensa, classificação indicativa e transparência política.

¹⁷ Disponível no endereço <http://npcc.vitis.uspnet.usp.br/>

Durante a construção de seu acervo, evidenciou-se a relevância do estudo das discussões sobre a censura focalizando a análise do material claramente opinativo publicado pela *internet*, como artigos de opinião, textos de *blogs* e comentários em sites jornalísticos. Esta parte do acervo, além de conservar o vínculo com acontecimentos atuais em torno da censura – de modo a desenvolver a relevante delimitação deste termo na atualidade -, mostra-se como uma importante fonte de material de manifestação de uma opinião pública geralmente muito espontânea.

b) A enquete

Partindo da perspectiva da análise de novos meios de manifestação da opinião pública no *Ciberespaço*, surgiu a proposta de elaborar uma enquete quinzenal para o site do NPCC. Tal enquete abordaria temas polêmicos a fim de captar a opinião pública a respeito da atual censura velada sobre a qual nos dedicamos a estudar, além de servir como meio de divulgação das próprias atividades do núcleo.

Vindo em aparo à pesquisa de opinião, a enquete revela-se como uma possibilidade interessante para alimentar e captar a discussão a respeito de determinados acontecimentos da atualidade. Constituindo-se de uma única pergunta de múltipla escolha, ela parece atrair usuários que, rapidamente enfastiados quando confrontados com longas pesquisas, se disponibilizam e se interessam em opinar.

- **Metodologia**

Quanto ao projeto de enquetes, é utilizada a seguinte ordem de ações:

1. Discussão - o grupo de pesquisadores NPCC se reúne a cada 15 dias para discutir e definir temas polêmicos em discussão atual e que sejam relevantes à discussão da censura;
2. Elaboração – após a discussão, o grupo de pesquisadores do NPCC elabora uma pergunta única a respeito do acontecimento escolhido que incentive o público a expor sua opinião;
3. Implementação no *site* – a enquete é implementada no *site* do NPCC, com uma breve descrição da polêmica, uma imagem ilustrativa, a questão elaborada e as alternativas pelas quais o público pode optar;
4. Divulgação e arrecadação de votos e opiniões – durante 15 dias, a enquete é divulgada principalmente por meio de redes sociais como o *Facebook*, e permanece aberta para votos e comentários;

5. Análise dos dados – terminado o prazo, a enquete é fechada, o grupo se reúne novamente para discutir os dados arrecadados e elabora um relatório que é posteriormente divulgado para o público como um *feedback* da discussão abordada.

- **Resultados e análises**

Para apresentar os resultados e os desdobramentos da enquete, utilizaremos o exemplo da primeira, lançada no *site* do NPCC no dia 18 de Junho de 2012.

A questão elaborada, nesta ocasião, foi relativa à polêmica do movimento da “Marcha das Vadias” – movimento social em prol dos direitos da mulher, que surgiu no Brasil como importação da “Slutwalk” iniciada no Canadá em 2011. A rede social *Facebook*, na ocasião, retirou de seu sistema as fotografias enviadas que retratavam militantes com os seios à mostra.



Figura 3 – fotografia retirada pelo Facebook da Marcha das Vadias.

A enquete propôs, então, a seguinte pergunta: “o *Facebook* teve razão em retirar fotografias de militantes seminuas da Marcha das Vadias?”. O usuário poderia optar por: “Sim. O *Facebook* acertou em bloquear as fotografias”, “Não. O *Facebook* não deveria ter bloqueado as fotografias” ou “Outra opinião”.

Ao final do período da enquete, havia um total de 21 comentários e 356 votos, distribuídos como mostra o gráfico a seguir:

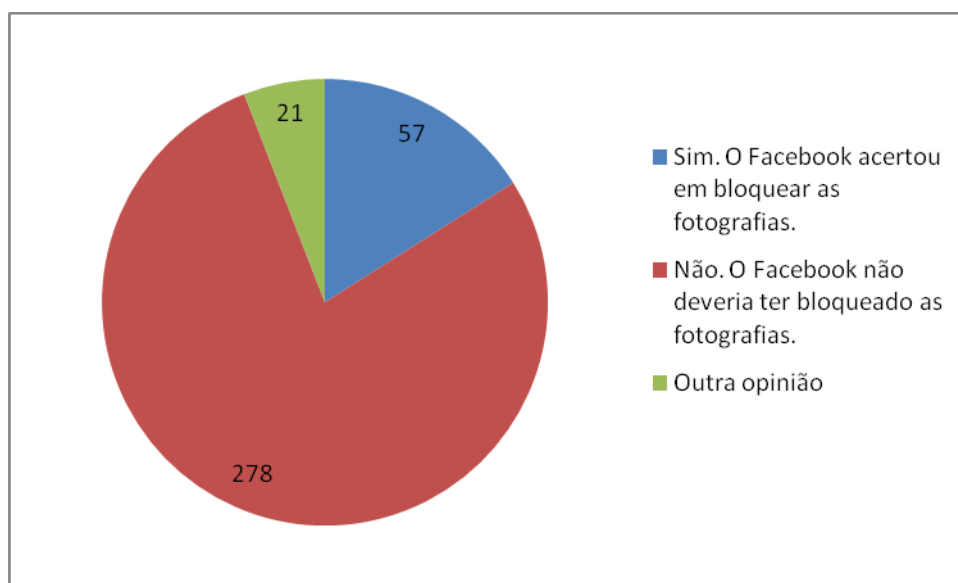


Figura 4 – gráfico representativo dos comentários recebidos na enquete do NPCC.

Assim como a maioria dos votos foram contra o bloqueio das fotografias, a maioria dos comentários compartilhou deste mesmo posicionamento. É relevante notar que a totalidade dos comentários ocorreu no anonimato – cuja importância já foi citada anteriormente no projeto.

Principalmente a partir destes comentários foi possível mapear as implicações de tal discussão sobre as fotografias da Marcha. Os tópicos que mais frequentemente se vincularam à discussão foram: os termos de uso para os usuários do *Facebook*, a exceção do fato de a nudez, neste caso, ter sido vinculada a um movimento social contra o machismo, e as relevâncias morais de tal proibição.

Em posições antagônicas, recebemos, por exemplo, a seguinte opinião contrária ao *Facebook*

“Não, o site não deveria ter retirado as fotos do ar. Acho que toda forma de manifestação é válida, e por conta disso, não deve ser reprimida em nenhum meio de comunicação, seja televisão, internet ou jornal. É certo que o mais importante - a Marcha em si, que abordou o interesse das pessoas que participavam - não sofreu aparente represália durante seu acontecimento. Mas a repercussão do

ato deveria ser tão divulgada quanto o próprio ato. E mais uma vez, independente de qual fosse a rede de divulgação.”¹⁸

e a favor do *Facebook*

“Sim, a proibição foi perfeita. Pois o FACEBOOK é uma rede social que não possui nenhum tipo de CENSURA, tendo conteúdo de livre acesso aos seus usuários. E vale lembrar, que estes usuários possuem idades DIVERSAS, assim sendo, uma criança de 10, 12 anos (eu conheço algumas que têm conta no FACEBOOK) não tem capacidade de discernimento suficiente para entender o objetivo deste movimento, por melhor que seja o seu intuito. Tornando-o um spam de pornografia.”¹⁹

É possível notar, então, que, se por um lado o comentário contrário à ação do *Facebook* considera a liberdade de expressão na mídia como principal argumento, por outro o usuário que defendeu a rede social argumenta em favor da proteção moral da criança frente à nudez.

Há, portanto, a abordagem da censura por meio da utilização da dicotomia entre a liberdade total de expressão e princípios sociais ou regulamentadores – remetendo à análise da censura como intrínseca às relações sociais - que podem ou devem impor limites a tal liberdade.

Conclusões parciais

As pesquisas do NPCC revelaram que ao fim da censura estatal com a Constituição de 1988 e com o início de um período democrático, a censura não se extinguiu. Utilizando procedimentos mais sutis, e desvinculado de um órgão federal específico como o era o DDP na época ditatorial, o cerceamento à expressão e à livre circulação de informações continua.

Nesta atual restrição à livre comunicação, destaca-se o surgimento de novas discussões, que vêm substituir o uso do termo censura – tanto para amenizá-lo, já que o

¹⁸ Comentário disponível em: <http://npcc.vitis.uspnet.usp.br/?q=content/facebook-teve-razao-retirar-fotografias-militantes-seminuas-da-marcha-das-vadias#comment-18>

¹⁹ Comentário disponível em: <http://npcc.vitis.uspnet.usp.br/?q=content/facebook-teve-razao-retirar-fotografias-militantes-seminuas-da-marcha-das-vadias#comment-21>

conceito remete diretamente à questão ditatorial brasileira, quanto para revelar mudanças ocorridas na comunicação das últimas décadas -, tais como as que remetem à liberdade de expressão nas mídias, à privacidade, à moralidade velada de determinada cultura, à transparência política e à classificação indicativa de conteúdo televisionado.

Tais discussões são plenamente incentivadas pela nova perspectiva da digitalização das discussões e da divulgação de informações. Por meio da publicação de material jornalístico e opinativo, o diálogo na rede se faz freqüente, dinâmico e interessante para o fim da pesquisa sobre a censura atual. A fim de agrupar para melhor analisar este conjunto de dados, a *Hemeroteca Digital Miroel Silveira* surgiu como ótima ferramenta de livre acesso, embora ainda esteja em fase de aprimoramento. Também a proposta de enquetes revelou-se como um meio atraente para definir a opinião pública a respeito da censura atual.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A opinião pública não existe**. Comunicação feita em Noroit (Arras) em janeiro de 1972 e publicada em *Les Temps Modernes*, janeiro de 1973.

COSTA, Cristina (Org.). **Teatro, comunicação e censura: anais do Seminário Internacional A Censura em Cena – Escola de Comunicações e Artes da USP**, outubro de 2006. São Paulo: Terceira Margem: FAPESP, 2008.

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Censura em cena: teatro e censura no Brasil – Arquivo Miroel Silveira**. São Paulo: EDUSP: FAPESP: Imprensa Oficial, 2006.

ELIAS, Norbert. **Escritos e ensaios – estado, processo e opinião pública**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 119.

HABERMAS, Jürgen. **L'éspace public**. Paris: Payot, 1992, p. 18.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIPPMANN, Walter. **Public opinion**. New York: Macmillan, 1998.

SARTRE, Jean Paul. **O imaginário**. São Paulo: Ática, 1996.